

# 1 Introdução

O ensino superior brasileiro sofreu, recentemente, um processo de expansão de matrículas. Na década de 1990 diagnosticava-se que a baixa cobertura, definida como a proporção de indivíduos que tem acesso ao nível de ensino, em relação à população, era um dos seus principais problemas. Em 1996, somente 12,7% dos jovens brasileiros da faixa etária entre 20 e 24 anos estavam matriculados no ensino superior. Além de restrito, os indicadores mostravam que o sistema era fortemente elitizado: 44% dos estudantes eram provenientes de famílias de renda mensal maior que 20 salários mínimos, que correspondiam, à época, a cerca de 9% das famílias brasileiras (Barreto e Schwartzman, 1999). Naquele momento a pauta das discussões incluía a participação dos setores público e privado no processo de expansão; devido tanto à política de controle dos gastos públicos como à vocação das instituições de educação superior públicas para o atendimento de estudantes com maior desempenho acadêmico, a capacidade de crescimento do setor público era considerada restrita. Por outro lado, questionava-se a aptidão do setor privado em prover ensino de qualidade, como também a possibilidade dos estudantes de estratos sociais menos privilegiados arcarem com os custos da educação.

Considerando este contexto, a partir de meados da década de 1990 um conjunto de políticas públicas destinadas a aumentar o número de vagas, promover a equidade e avaliar a qualidade da educação superior foi implementado no Brasil. Ampliar o acesso, bastante restrito, em consonância com a universalização do ensino fundamental e com a grande expansão de matrículas no ensino médio, implantar um sistema de avaliação da qualidade que permitisse manter a eficácia educacional do sistema em expansão e, mais recentemente, implantar ações afirmativas com a finalidade de reduzir a seletividade social do sistema de ensino superior, fortemente elitizado no Brasil, foram questões centrais da política educacional neste nível de ensino. De fato, o sistema de ensino superior sofreu um acelerado processo de

crescimento entre a segunda metade da década de 90 e a primeira metade da década de 2000.

Este não foi o primeiro período de crescimento acelerado do sistema de ensino superior no país. No início dos anos 60 o ensino superior brasileiro atendia a cerca de cem mil estudantes. O sistema experimentou grande crescimento na década de 70, sob a vigência da reforma de 1968, que estabeleceu um novo modelo universitário, baseado no binômio ensino-pesquisa, cujo ponto de apoio, no discurso reformista, seria o conjunto das universidades públicas (Schwartzman e Klein, 1993). O crescimento do número de vagas, entretanto, foi proporcionado em sua maior parte pelo setor privado, constituído então, em sua maioria, por faculdades e escolas isoladas, estabelecendo-se, no período, sua predominância no total de matrículas de ensino superior no país, que perdura até os dias atuais (Durham e Sampaio, 1996). Este crescimento concentrou-se no período entre 1968-72, embora as taxas de crescimento tenham-se mantido altas até 1975. Neste ano o sistema atingiu um total maior que um milhão de matrículas.

A década de 80 caracterizou-se pelo crescimento reduzido do número de matrículas e pela reestruturação do setor privado. O aumento do número de matrículas no setor público deveu-se ao crescimento dos sistemas estaduais e houve um processo de fusão das faculdades e escolas isoladas em universidades particulares (Sampaio, 2000; Martins, 2000). O crescimento das matrículas foi retomado na primeira metade da década de 90; a partir de 1992 as taxas de crescimento aumentaram, variando, de 1992 a 1996, entre 4% e 6%, e atingiram índices muito elevados a partir de 1997. Este crescimento recente é atribuído ao aumento do número de concluintes no nível médio e às políticas governamentais implementadas com a promulgação da lei 9394/96 (Schwartzman, 2000).

No período entre 1996 e 2002 a política para o ensino superior teve como foco o crescimento do sistema, por meio da desregulamentação dos procedimentos de autorização para a criação de novas instituições de ensino e cursos e para a ampliação de vagas. Frente ao grande aumento de demanda, propiciado pelo crescimento do ensino médio, estas políticas viabilizaram o aumento do número de vagas,

crescimento este apoiado nas instituições privadas. O governo federal, a partir de 1996, iniciou uma política de expansão do ensino superior com a expectativa de atingir uma taxa de matrícula da ordem de 30% do grupo de idade entre 19 e 24 anos num prazo de dez anos. O sistema de autorização para o funcionamento de instituições e cursos foi facilitado, assim como as regras para os processos de seleção de estudantes, com o objetivo de aumentar o número de estudantes no setor privado de ensino. O principal objetivo declarado no Plano Nacional de Educação - PNE, e reafirmado pelas políticas públicas desencadeadas pelo governo no período estudado, seria o de promover a democratização das condições de oferta, incluindo, neste nível de ensino, segmentos de menor renda da população e adultos já incorporados ao mercado de trabalho, por meio da participação efetiva do setor privado. As ações levadas a cabo pelo governo federal atingiram, sem dúvida, a oferta de ensino superior. O número de matrículas chegou a novos patamares: no período entre 1997 e 2002 cresceram entre 9 e 14% ao ano, e o setor privado foi o maior responsável por este crescimento.

As políticas governamentais promoveram a autonomia das universidades, que já contavam com a maior parte das matrículas, para a criação de novos cursos e vagas; a diferenciação institucional, com a criação dos centros universitários, aos quais foi estendida a autonomia universitária; e a diversificação de modalidades de ensino superior, com a introdução dos cursos sequenciais e tecnológicos. Foi estabelecido um sistema de avaliação de cursos e instituições, incluindo a avaliação de cursos, focalizando as condições acadêmicas, o corpo docente e as instalações das instituições de ensino, o desempenho dos concluintes, com o Exame Nacional de Cursos, e a avaliação das instituições, com o objetivo de manter os níveis de qualidade durante o processo de expansão. A liberalização da abertura de novos cursos e vagas e a implantação da avaliação estabeleciam, em seu conjunto, um novo sistema de acreditação para o ensino superior que, na ausência de iniciativas governamentais de prover recursos para a ampliação do setor público, mostrou-se adequado à expansão do setor privado, que atingiu, no período, taxas de crescimento anuais superiores a 15%. Como resultado desta política de expansão, as matrículas passaram de cerca de 1.500 mil para 3.500 mil entre 1992 e 2002. A partir de 2004 as

taxas de crescimento mantiveram-se entre 5 e 7%, e o número de matriculados em 2006 era cerca de 4.600 mil.

Embora o crescimento do sistema de ensino superior no período seja inegável, devemos considerar, para a contextualização das condições de acesso, paralelamente, a evolução do número de estudantes do ensino médio. O nível médio de ensino também sofreu grande expansão na década; o número de matrículas passou de 3.772.698 em 1991 para 8.192.948 no ano de 2000, o que corresponde a um crescimento de 117%. No mesmo período o crescimento do número de matrículas no ensino superior foi de 72%.

Ao final deste segundo ciclo de crescimento políticas direcionadas à equidade do sistema de ensino superior também foram desenvolvidas, com uma amplitude nunca antes vista no país. A partir de 2003, em vários estados do Brasil, por iniciativa dos governos estaduais, foram introduzidas políticas afirmativas direcionadas para o acesso de estudantes de condições sociais menos favorecidas. A reserva de vagas nos concursos vestibulares foi realizada pela primeira vez em 2003, pela UERJ e UENF, no Rio de Janeiro, e pela UNEB, na Bahia. Em 2004 mais duas universidades públicas promoveram exames vestibulares sob a vigência de sistemas de cotas. Em 2005 tivemos outras sete universidades públicas implementando ações afirmativas por meio de seus processos seletivos. Atualmente, um conjunto de mais de 80 instituições públicas de ensino superior adota algum tipo de ação afirmativa em seus processos seletivos. Os sistemas de cotas propostos, de forma geral, reservam vagas para estudantes de famílias de baixa renda, estudantes da rede pública, pardos, negros e indígenas e portadores de deficiências. Além disso, em 2005 foi instituído pelo governo federal um sistema de bolsas para estudantes carentes nas instituições privadas, o Programa Universidade para Todos, PROUNI. O programa tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos a estudantes de baixa renda, em cursos superiores de instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa. Ou seja, após quase uma década de intenso processo de expansão do sistema de ensino

superior, a introdução de políticas afirmativas demonstra a preocupação com a equidade do sistema.

Após 15 anos de um processo de expansão acelerada, envolvendo um conjunto de políticas públicas e uma ação dinâmica do setor privado para o aumento da oferta dos cursos de graduação, uma questão central permanece: como se dá a estratificação educacional do ensino superior, tendo em vista a equidade do sistema? O objetivo desta investigação é fornecer subsídios para a análise desta e de outras questões correlatas. Partimos do pressuposto de que as oportunidades educacionais no ensino superior, no Brasil, estão associadas às áreas de formação e instituições em termos de seu prestígio social e seletividade acadêmica. Para atingir o objetivo da pesquisa investigamos o perfil dos estudantes de determinadas instituições e áreas de formação específicas. Considerando o contexto de expansão acelerada e da diferenciação institucional, a questão sobre a qual a pesquisa irá debruçar-se será a distinção social entre as possíveis trajetórias acadêmicas frente a um conjunto diversificado de instituições e áreas de formação. Ou seja, serão levantadas informações sobre como a distribuição dos estudantes por determinadas áreas de formação e instituições de ensino superior estariam relacionadas com sua origem social e seu perfil escolar e cultural.

As trajetórias escolares dos estudantes diferem em extensão e em qualidade. Indivíduos de diferentes origens sociais, ou seja, provenientes de famílias de diferentes recursos econômicos, sociais e culturais, e com determinadas características, como o gênero e a cor, não têm as mesmas chances de alcançar um determinado nível de ensino, assim como de auferir uma educação de mesma qualidade. As desigualdades educacionais referem-se à associação dessas diferentes oportunidades à origem social e às características dos indivíduos. Atualmente, a análise das desigualdades educacionais tem como foco de um de seus principais esforços de pesquisa a investigação das variações dos efeitos da origem social e das características individuais sobre as oportunidades educacionais nos processos de expansão dos sistemas de ensino, uma vez que o aumento do número de estudantes

em um determinado nível de ensino tem como objetivo equalizar as oportunidades educacionais entre os diferentes estratos da população.

Os estudos sobre o tema consideram as desigualdades de acesso aos níveis de ensino e também as desigualdades entre as diferentes trajetórias possíveis num mesmo nível, uma vez que as instituições escolares diferem em sua seletividade, currículo, orientação acadêmica e prestígio. No nível superior esta diferenciação interna tem um destaque relevante, pois além de estabelecer oportunidades educacionais desiguais em função do prestígio das instituições, existem grandes distinções entre as áreas de formação.

A diferenciação institucional é um processo historicamente atrelado à expansão dos sistemas de ensino superior. Num grande número de países o crescimento da oferta de ensino esteve associado à criação de instituições menos seletivas e prestigiosas do que as universidades mais antigas, que oferecem seus serviços a uma parcela mais reduzida e socialmente mais favorecida da população. Embora as formas de diferenciação institucional não sejam idênticas entre os países, considera-se que na maioria dos casos ocorreria uma tendência ao aprofundamento das diferenças entre as oportunidades educacionais dos sistemas como um todo.

Entretanto, outra grande fonte de estratificação educacional no nível superior de ensino reside nas diferentes áreas de formação. As áreas de formação diferem em retorno econômico, oportunidades ocupacionais, prestígio, seletividade e atratividade. De forma geral as carreiras mais prestigiosas e atrativas são aquelas que provêm maiores salários e oportunidades de ocupação no mercado de trabalho. Pesquisas indicam que a hierarquia das áreas de formação afeta o perfil dos estudantes.

Para atingir o objetivo da pesquisa neste contexto, são envolvidos os seguintes desdobramentos: a identificação das tendências de expansão das instituições de ensino e das áreas de formação no processo de expansão recente do ensino superior; o mapeamento da distribuição de estudantes ingressantes entre instituições seletivas e não seletivas, caracterizadas a partir do desempenho dos estudantes, e entre as áreas de formação; e a análise dos efeitos da origem social, do gênero, da cor e da trajetória

escolar sobre a distribuição dos estudantes entre diferentes instituições e áreas de formação.

O cumprimento desses objetivos serão subsídios para responder às seguintes questões de pesquisa: que oportunidades educacionais estão disponíveis para os estudantes de diferentes perfis? Em que níveis as instituições mais seletivas e as áreas de formação de maior prestígio estariam abertas aos estudantes de perfil mais desfavorecido? Os efeitos da diferenciação institucional sobre a seleção dos estudantes são os mesmos nas diferentes áreas de formação? Existiria alguma correspondência entre a expansão recente e as oportunidades educacionais de cada uma das áreas de formação?

Na ausência de dados que permitam a análise da evolução dos indicadores de equidade do sistema ao longo do tempo ou para o conjunto das áreas de formação, a pesquisa estará restrita às informações sobre os estudantes das áreas de tecnologia e das licenciaturas para o ano de 2005, disponíveis na base de dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes do Ensino Superior (ENADE) do ano de 2005. Embora a amostra não inclua estudantes de áreas com grandes contingentes de alunos e que apresentaram relevante crescimento de matrículas recentemente, como a administração e direito, são incluídas na análise áreas expressivas como as engenharias, a computação, a pedagogia e as demais licenciaturas.

O texto foi organizado em cinco capítulos, incluindo esta introdução. No capítulo 2 é apresentada uma discussão da literatura pertinente, onde são apresentados alguns resultados da pesquisa empírica, suas principais referências teóricas e aspectos metodológicos. O capítulo 3 é dedicado à caracterização dos processos de expansão e diferenciação institucional do sistema de ensino superior brasileiro, e da oferta de ensino por área de formação. A partir da revisão de literatura são reunidas análises que caracterizam o processo de expansão a década de 70, e os dados do Censo do Ensino Superior são utilizados para verificar o crescimento das matrículas no processo de expansão recente entre as instituições e as áreas de formação.

No capítulo 4 a base de dados do ENADE 2005 é utilizada para o mapeamento da estratificação dos estudantes entre instituições de ensino e áreas de formação. O desempenho médio dos estudantes ingressantes é utilizado como indicador da seletividade das instituições, e são observadas as distribuições de indicadores de renda, escolaridade dos pais, gênero, idade, cor declarada, rede de ensino que o estudante frequentou no ensino médio e domínio da língua inglesa entre áreas de formação e instituições. No capítulo 5 são focalizados os riscos de frequentar determinadas instituições e áreas de formação, incluindo as instituições não seletivas, as áreas de baixo prestígio, as combinações entre instituições não seletivas e áreas de baixo prestígio e as instituições seletivas em cada uma das áreas de formação, para identificar efeitos de estratificação. O texto é finalizado com um resumo das principais evidências levantadas, com os limites da análise e a discussão das conseqüências dos resultados para futuras análises do processo de diferenciação institucional no ensino superior.